

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1014718-14.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Cogeb Supermercados Eireli**
 Requerido: **Serasa Experian SA**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

COGEB SUPERMERCADOS - EIRELI ajuizou **AÇÃO DE CANCELAMENTO DE ANOTAÇÃO DE RESTRIÇÃO** em face de **SERASA EXPERIAN S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese, que: descobriu por meio de um fornecedor que a ré incluiu seus dados no cadastro de inadimplentes; não houve prévia notificação e; os débitos não existem pois já foi realizado pedido de extinção do feito executório. Diante disso, requereu a exclusão de seu nome do cadastro de proteção ao crédito da ré.

Devidamente citada, a requerida alegou que: apenas faz as inclusões das informações fidedignas constantes das ações de execução veiculadas na imprensa oficial; não efetuou a comunicação por AR pois estava amparada pela liminar concedida na ADI 2044447-20.8.26.0000 e que esta apenas foi suspensa após o ato já realizado e; não há motivo para a exclusão do apontamento, pois não houve pedido administrativo nem judicial, exceto a concessão da liminar neste feito. Diante disso, requereu a improcedência da ação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sobreveio réplica às fls. 86/88.

As partes foram instadas a produção de provas
cf. fls. 92 e nada mais requereram.

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a lide
por entender que a cognição está completa nos moldes em que foi estabilizada.

Quando as restrições foram incluídas no
“sistema” pela ré, em outubro de 2015 (fls. 14) – mais especificamente nos dias
23 e 26 – os processos 15356-86.2015 e 16255-84.2015 ainda estavam em
andamento (havia sido distribuídos nos dias 16 e 19 do mesmo mês e ano).

A extinção da primeira LIDE se deu em
10/11/2015 – fls. 103 e o arquivamento do segundo em 01/04/2016 (fls. 104).

Assim, as restrições correspondiam a realidade
quando foram comandadas.

É cediço que a informação acerca da existência
de ações e execuções se dá automaticamente, ou seja, pela mera distribuição
das ações em decorrência da natureza pública do registro desse ato na Justiça,
disponibilizado por convênio com o SPC, de modo que a propositura da ação dá
ensejo à inscrição do nome da executada no citado órgão de proteção ao crédito
sem qualquer vício.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Atente-se que o registro é feito em razão da distribuição.

Como o autor integrou o pólo passivo das execuções, **a inclusão deu-se de forma automática.**

Nesse sentido, aliás, é o entendimento do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

TJSP, Agravo de Instrumento n. 0274957-08.2011.8.26.0000, Relator Carlos Alberto Garbi, 3ª Câmara de Direito Privado, j. 29/11/2011.

No mais, a obrigação de retirada da restrição é do autor após a sentença de extinção.

Assim, tem entendido a jurisprudência:

“O ônus de providenciar a baixa desloca-se ao consumidor, nos termos do quanto disposto no parágrafo 3º, do artigo 43, do Código de Defesa do Consumidor. Apelação do réu provida para julgar improcedente a ação. Prejudicada a apelação do autor” – Apelação 0002241-16.2003.8.26.0236, Rel. Des. Jairo Oliveira Júnior, j. 4/12/2015).

Por fim, como não foi formulado pleito de reparação moral, não tem maior relevo a questão da não concretização da notificação prévia do autor.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA PORTAL.**

Ante a sucumbência, fica a autora condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da requerida, que fixo, por equidade, em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa.

Transitada em julgada a decisão, deverá o vencedor iniciar o cumprimento de sentença apresentando o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524 do NCPC.

Publique-se e intuem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 18 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**